

A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM SOROCABA (1850/1860)

*Jorge Luis Cammarano González*¹

*Wilson Sandano*²

RESUMO: Esta pesquisa refere-se ao levantamento e à sistematização do acervo documental de Educação em Sorocaba, pertinente ao período de 1830 a 1919. Embora não esteja concluída, já permite a apresentação de conclusões sobre a situação física das escolas, o perfil do professor e o perfil dos inspetores de distrito, de Sorocaba, na segunda metade do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Educação escolar – História; escola pública; professor; inspetor de distrito.

ABSTRACT: This research refers to a survey and a systematization of documents concerning Education in Sorocaba, from 1860 to 1919. Even though, it has not been concluded yet, there are some conclusions about the physical situation of the schools, the teachers and the district inspectors profile of Sorocaba at the turn of the 19th century.

KEY-WORDS: School Education – History; public school; teacher; district inspector.

Apresentação

O campo investigativo do fenômeno educativo revelou nas últimas décadas do século passado, um movimento interessante no que toca aos objetos de pesquisa, às abordagens e à diversidade temática que se expressou na consolidação de grupos de pesquisa em alfabetização e linguagem, práticas e processos de aprendizagem, formação de professores, história da educação escolar, dentre outros (Gatti, 2002). O ponto inicial parece ser a constatação de que o entendimento das mudanças postas à educação não poderia ficar restrito às ciências educacionais, mas estender-se à economia, à política, à filosofia e às diversas especialidades da sociologia. Isso movimentou os pesquisadores na direção externa à educação. Por exemplo, as pesquisas sobre a formação

1 Prof. do Programa de Pós-Graduação em Educação da Uniso. E-mail: jorge.gonzalez@uniso.br

2 Prof. do Programa de Pós-Graduação em Educação da Uniso. E-mail: wilson.sandano@uniso.br

no interior do espaço fabril e/ou empresarial ganharam bastante relevância, o que implicou, nesse caso, a recorrência a referenciais teóricos da economia e da sociologia do trabalho, dentre outros. Outra ilustração das mudanças que se operaram nos anos noventa, por exemplo, diz respeito à compreensão do fenômeno das transformações no plano macro estrutural, sendo muitos os estudos das reformas educacionais nesse sentido.

No entanto, a partir da segunda metade da última década do século passado, por força do acúmulo da produção com tais diretrizes e, ao mesmo tempo, devido à necessidade de pesquisa sobre as transformações em curso na produção concreta da escola, muitas críticas (destacamos aqui as feitas no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd) começavam a surgir requerendo que essas investigações passassem a incorporar a pauta dos pesquisadores em educação, marcada por um movimento inicial de volta à escola como lugar privilegiado de pesquisa. O que obrigou a busca de novos referenciais teóricos, novas abordagens e temas relevantes no âmbito da educação escolar.

A escolarização como campo específico de estudo, torna-se, assim, o espaço da produção da política e da valorização do trabalho como elemento que funda a prática social; dos processos históricos de constituição das relações e da racionalidade escolar; das formas privilegiadas de ensino-aprendizagem e sua articulação com as demandas sociais de conhecimento e, finalmente, de um conjunto de fatores que atuam sobre o cotidiano escolar, sobredeterminando e ressignificando as ações específicas de escolarização. Acrescente-se que a educação escolar indica a apreensão de um fenômeno específico de produção e circulação do conhecimento e de valores que se atualiza em instituições objetivas e materiais, as quais, inclusive, lhe oferecem contornos históricos mais precisos.

Com base nessas considerações formulamos uma questão inicial e norteadora desta pesquisa: como ocorreu, historicamente, a formação e a institucionalização do processo de educação escolar em Sorocaba e região, no período de 1850-1860?

A possível resposta a essa indagação requer um esforço no sentido de pensarmos as instituições escolares como expressão da formação, organização, gestão e objetivação do processo de escolarização, aspectos que incidem no desenvolvimento deste projeto na linha de Pesquisa “Instituição escolar: políticas e práticas”, vinculada à Área de Concentração Educação Escolar, do Mestrado em Educação da Universidade de Sorocaba (Uniso).

A área de concentração Educação Escolar remete para um espaço teórico produzido na articulação da Educação com a História e as Ciências Sociais. Um espaço, portanto, que reconhece a historicidade do fenômeno educativo e de sua institucionalização e que busca apreender os nexos processuais de formação, implantação, normalização, gestão, organização, conflitos e contradições da educação escolar no âmbito da formação social brasileira. Em outros termos, trata-se de investigar a instituição escolar em todos os níveis como expressão de seus sujeitos e dos processos sociais, políticos, culturais e econômicos historicamente produzidos no contexto da sociedade brasileira.

A história das instituições educacionais integra uma tendência recente da historiografia, que confere relevância epistemológica e temática ao exame das singularidades sociais em detrimento das precipitadas análises de conjunto, que, sobretudo na área educacional, faziam-se presentes. (Gatti Jr., 2002, p. 4).

Assim, a partir desse referente investiga-se o contexto do espaço escolar de Sorocaba, que historicamente expressa as múltiplas dimensões da práxis educacional, revelando no processo de sua formação, sua inserção local e regional, as mutações de seu locus político-administrativo e as experiências vivenciadas pelos sujeitos da ação educativa – aqui focados por meio do estudo das fontes da história da educação escolar em Sorocaba.

A construção das representações do passado é subordinada à análise das informações ‘aprisionadas’ nos documentos. Revisitar o passado significa trilhar o caminho que permite a ressignificação da memória e a interpretação das experiências hoje vivenciadas pelo conjunto da sociedade. *Entender a história como um processo, resultado da ação de forças sociais nem sempre covalentes, favorece o entendimento da importância da preservação das fontes documentais* que, independentemente das conjunturas sociais de cada período histórico, nos instrumentalizam para o melhor entendimento dos mesmos. (Vendrameto, 2002, p. 43, grifos nossos).

Referenciado nestas observações o trabalho investiga o processo de formação do espaço escolar, no período de 1850 a 1860, articulando a sua prática investigativa à localização, organização, análise e sistematização de fontes documentais contributivas da história da educação. E deriva da pesquisa: Fontes para a história da educação escolar em Sorocaba, circunscrita ao período de 1850 a 1920, caracterizado no âmbito da produção historiográfica correspondente à história de Sorocaba e região, como período de decadência do tropeirismo e de auge da industrialização. A apropriação do tema-objeto proposto busca responder à necessidade de superar o caráter lacunar da história da educação escolar, especificamente em Sorocaba e região, com base na leitura e a sistematização do acervo documental de Educação em Sorocaba e concentra seus esforços em elaborar um guia preliminar de fontes. A caracterização da natureza do acervo investigado circunscreve-se a documentação textual escrita num universo constituído por ofícios, cartas, memorandos, livros de registros, estatutos, regimentos, relatórios, etc. A documentação foi obtida por meio de fotocópia dos originais junto ao Arquivo Histórico do Estado de São Paulo. A problematização norteadora da investigação proposta é a que segue: quais os processos que originam, constituem e viabilizam a educação escolar em Sorocaba e região, no período de 1850 a 1860, considerando como agentes desses processos os Professores e Inspectores da denominada Instrução Pública?

Assinalamos que a apropriação do tema-objeto proposto representa a conjugação de dois interesses básicos. Um incide sobre a necessidade de superar o caráter lacunar da história da educação escolar no Brasil e, em particular, de Sorocaba e região. O outro interesse traduz a preocupação com a prática em pesquisa compreendida como esforço

coletivo na direção da produção de conhecimento científico elaborado com base na interlocução de referenciais e procedimentos teórico-metodológicos representativos da complexa tarefa imposta pela especificidade do fenômeno educativo.

Os documentos examinados neste trabalho, originários de inspetores e professores, caracterizam este período de formação e institucionalização da educação escolar em Sorocaba.

História e história da educação em Sorocaba

A apropriação do tema-objeto proposto circunscreve-se ao campo investigativo da História da Educação. Do itinerário da produção historiográfica no contexto da pesquisa em educação no Brasil, é possível extrair, segundo Lombardi, duas observações.

A primeira é que a produção historiográfica educacional não emerge descolada do conjunto da produção educacional brasileira (no âmbito da produção histórica, por exemplo), mas se dá no interior dos trabalhos que têm por objetivo analisar (e em alguns casos periodizar) a pesquisa educacional no Brasil – e inclusive a produção histórico-educacional. A segunda observação é que o debate das principais questões da pesquisa educacional tem se concentrado a partir de algumas poucas iniciativas, geralmente sobrepostas. (Lombardi, 1999, p. 16).

O escrito em tela é produzido com base em duas expressões da materialidade histórica: (a) as fontes documentais examinadas e sistematizadas; (b) a caracterização, ainda incipiente, mas necessária para os fins aqui propostos, de aspectos essenciais para a compreensão da história da educação escolar em Sorocaba e região. Com base no exposto, avaliamos que o campo de pesquisa histórica de Sorocaba e região representa um processo de investigação, análise e interpretação com desdobramentos nos procedimentos teóricos e metodológicos, cujo registro – embora minimamente delineado – traduz e reafirma, conforme observa Gatti Jr. (2002), a riqueza e a complexidade do tema: o estudo de fontes para a história da educação escolar em Sorocaba.

Consideramos relevante reafirmar a riqueza e a complexidade do tema-objeto proposto com base na caracterização do tratamento teórico metodológico dedicado ao processo de formação de Sorocaba e dos processos de escolarização correspondentes. Este propósito nos auxilia em dois sentidos. Por um lado, procuramos informações que contextualizam o período correspondente às fontes documentais: 1850-1920; concentrando nossa atenção, por exemplo, na formação do espaço histórico de Sorocaba; nas práticas produtivas correspondentes a esse período; nas relações entre Estado, política educacional e sistema escolar. Por outro lado, a produção historiográfica preliminarmente consultada, possibilita apreender o debate teórico-metodológico que referencia essa produção pertinente ao contexto de Sorocaba e região. Nessa direção, uma primeira observação registra que:

A História do Estado de São Paulo é muito pouco conhecida. Não é objeto de estudo nos cursos universitários de História paulista, uma exceção no país. Além disso, o conhecimento corrente é escasso, lacunar e pontual. Os itens mais conhecidos são Bandeiras, Expansão cafeeira e Industrialização, como se todas as regiões tivessem sido ocupadas e exploradas simultaneamente, com as mesmas atividades econômicas, o mesmo tipo de população, as mesmas características. Quando a historiografia paulista é analisada mais detidamente, verifica-se que tem sido confundida com a historiografia paulistana, como se a trajetória do processo histórico da cidade de São Paulo explicasse a do Estado como um todo; como se tudo tivesse, simultaneamente, tido início com a chegada de Martim Afonso de Souza ao porto de São Vicente (Glezer, p. 9).

Império e República representam a politização de um processo histórico pontuado, particularmente em Sorocaba e região, pela formação de capital comercial com base na pecuária; pelo tropeirismo; pela expansão de políticas de investimentos públicos vinculados à urbanização; pela chegada da estrada de ferro; pela economia de algodão; por um sistema de muar vinculado à produção de açúcar e café; pelas feiras; dentre os múltiplos processos constitutivos da formação econômico-social de Sorocaba e região (Baddini, 2002; Silva, 2000). Esse contexto anuncia o desafio circunscrito ao campo investigativo aqui proposto, acentuado, como observaremos posteriormente pelo embate subjacente à formação desse campo de investigação da formação histórica de Sorocaba e região. Mas antes de abordarmos esse aspecto, nossa proposta incide na caracterização de alguns elementos vinculados às relações entre Estado; política educacional e sistema escolar.

A observação da produção historiográfica que contempla o estudo das instituições escolares e educacionais no que toca à trajetória de colégios, internatos, escolas normais e grupos escolares, propicia o discernimento das relações entre a política e a educação brasileira nos processos vinculados ao Império e à República. Assim, para Amaral e Silva:

A Historiografia da Educação brasileira tem apresentado ultimamente uma produção historiográfica que tem contemplado o estudo de instituições escolares e educacionais, trazendo novos elementos para a compreensão da educação brasileira, em especial a que se praticava no Império e na República, reconstruindo a trajetória de colégios, internatos, escolas normais, grupos escolares. Esse empenho é necessário e renovador, pois tem permitido um alargamento do conhecimento das práticas educativas e escolares desses períodos, através de instituições públicas, particulares, laicas e religiosas, trazendo novas luzes e derrubando certos paradigmas já cristalizados, especialmente em relação à educação das mulheres. A idéia difundida pelos estudos históricos tradicionais, com abordagens totalizadoras e generalistas, distantes das concepções da história cultural e da história das instituições escolares, a respeito da educação de mulheres, nesse período, é de que as mulheres não tinham acesso à educação, apenas as da elite, e estas recebiam uma educação que privilegiava o preparo necessário para o casamento; de que nos colégios religiosos a educação era ministrada pelo método tradicional; de que a relação entre mestras e alunas era de distância e medo, internato seria clausura, por exemplo. Os trabalhos produzidos ultimamente, sobre história das instituições escolares, se confirmam alguns desses aspectos, têm permitido uma revisão nessa abordagem unificadora e linear da história da educação das mulheres no Brasil, revelando práticas que nos indicam novas faces dessa educação. (Amaral e Silva, 2001, p. 24-25).

E acrescenta em relação ao advento da República.

Com o advento da República, fazia-se necessário criar uma estrutura de ensino capaz de atender às agitações do regime republicano, possibilitando a construção de um Estado democrático. A crença no papel da educação como instrumento de reforma política e de construção da nação levou o poder público do Estado de São Paulo a propor a criação de escolas de todos os níveis e graus. (Silva, 2001.p. 90).

Outra contribuição que nos auxilia a caracterizar, minimamente, o contexto histórico do tema-objeto em tela, se encontra no estudo de Manoel (1996) sobre as articulações entre a Igreja e a educação feminina, no período de 1859 a 1919. Em sua pesquisa, o referido autor explicita a presença de dois projetos educacionais presentes nesse período:

Tratava-se (...) de dois projetos educacionais que, tomados no rigor de suas propostas, eram incompatíveis entre si. Um, o liberal, laico, preocupado com a convivência a mais harmoniosa possível dos cidadãos sob a égide da Constituição, tinha por objetivo, além do ensino das ciências e letras, a formação cívica e moral conforme os pressupostos da liberal-democracia representativa. O outro, o católico, com os olhos postos na eternidade, visava a formação de bons católicos que, por isso mesmo, seriam bons cidadãos, e também rejeitava a moral contratual proposta pela sociedade burguesa. (Manoel, 1996, p. 19).

A partir de 1850, os ideais do liberalismo ganharam espaço dentro do próprio sistema administrativo do Estado, seja no governo imperial, seja no provincial. No que diz respeito à educação, o princípio liberal defendido pelas autoridades públicas era o da completa liberalização do sistema escolar, retirando do Estado as responsabilidades pela educação, transferindo-as para a iniciativa privada. (Manoel, 1996).

A seguir, consideramos relevante aos propósitos deste projeto, destacar o aporte de Ribeiro (1986) em sua análise da organização do sistema escolar, exame este que possibilita sumariar alguns aspectos relativos ao período correspondente a 1850–1860, circunscrito ao processo histórico demarcado entre 1850 e 1920.

Para Ribeiro (1986), o período de 1850 a 1920 caracteriza-se por uma dinâmica de consolidação, crise e permanência do modelo agrário, comercial, exportador, dependente. Observa a referida Autora, que no período de crise desse modelo (1870–1894) desponta um processo de “incentivo à industrialização”.

O trabalho escravo e a grande propriedade constituem a base material da lavoura cafeeira, no período de consolidação do modelo agrário, comercial, exportador, dependente; produção essa orientada sob a lógica da expansão e internacionalização do capital com desdobramentos nas condições de trabalho – transição e conversão da força de trabalho escrava para o trabalho assalariado –; na criação, organização e gestão do espaço urbano, transformado paulatinamente em pólo de novas categorias sociais e de diversificação das atividades econômicas.

Em relação à educação, Ribeiro assinala que:

Com relação à educação, a década de 1850 é apontada como uma época de férteis realizações, no entanto restritas em sua maioria ao município da corte, por força da lei em vigor. As realizações a que se refere são: criação da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte, destinada a fiscalizar e orientar o ensino público e particular (1854); estabelecimento das normas para o exercício da liberdade de ensino e de um sistema de preparação do professor primário (1854); reformulação dos estatutos do Colégio de Preparatórios, tomando-se por base programas e livros adotados nas escolas oficiais (1854); reformulação dos estatutos da Academia de Belas Artes (1855); reorganização do Conservatório de Música e reformulação dos estatutos da Aula de Comércio da Corte. (Ribeiro, 1986, p. 56).

E em relação à política educacional, afirma:

Faltou uma política educacional integrada entre centro e províncias. Não se instituiu um plano nacional de fiscalização das escolas primárias e secundárias, com vistas a um aprimoramento de objetivos, conteúdos e métodos e, conseqüentemente, uma melhora de aproveitamento por parte dos alunos. A instrução primária continuou constituindo-se em aulas de leitura e escrita e cálculo. Pressupõe-se que cerca de um décimo da população a ser atendida o era realmente. Não se tem certeza já que não existiam estatísticas educacionais. (Ribeiro, 1986, p. 57).

Afirma, também:

A instrução secundária se caracterizou por ser predominantemente para alunos do sexo masculino, pela falta de organicidade (reunião espacial de antigas aulas régias), pelo predomínio literário, pela aplicação de métodos tradicionais e pela atuação da iniciativa privada. (...) Mesmo neste período onde a regra foi o superávit econômico, a educação não contou com verbas suficientes que possibilitassem, ao final do século XIX, um atendimento pelo menos elementar da população em idade escolar. Isto demonstra que para a monarquia brasileira, ao contrário das monarquias européias a que ela procurava moldar-se, nem a instrução primária tornou-se necessária a toda a população (Ribeiro, 1986, p. 58).

Não podemos omitir, apesar da citação relativa à caracterização do sistema escolar nesse período de consolidação do referido modelo, o que segue, posto que nessa argumentação reside uma tese cuja problematização é norteadora de nossa pesquisa, da qual, reiteramos, apresentamos resultados parciais. Assim, argumenta Ribeiro:

Tendo-se em mente o contexto anteriormente analisado, é relativamente fácil compreender a razão do ocorrido; no Brasil acontecia a passagem de uma sociedade exportadora-rural-agrícola, para uma exportadora-urbano-industrial avançada. E é determinada pela estrutura social resultante do capitalismo industrial que surge e se desenvolve a escolarização, mesmo que elementar, de um contingente maior da população. (Ribeiro, 1986, p. 59, grifos nossos).

Estas observações representam, ainda que precariamente, o processo histórico de formação do sistema escolar que tenciona o tema-objeto proposto, isto é, a localização e organização – para posterior análise e sistematização – de fontes pertinentes à história da educação escolar em Sorocaba e região.

Aspectos que caracterizam o processo educacional em Sorocaba e região podem ser extraídos da pesquisa de Aluisio de Almeida, com base no relatório do Inspetor Geral de Instrução Pública, Dr. Diogo de Mendonça Pinto.

O referido relatório assinala:

Os estabelecimentos de ensino mantidos pela Província (em 1851) cifram-se em duzentas e tantas escolas primárias de ambos os sexos, 24 cadeiras de Latim e Francês, das quais só estavam providas 14; 2 liceus situados em Taubaté e Curitiba, além de uma Escola Normal recentemente instalada.

Quanto às escolas primárias podemos imaginar o que valiam porque conhecemos-las de 'visu' em 1875, e as de 1847 deviam valer ainda menos. O nome das escolas-régias, que elas conservavam dos tempos coloniais, inculca por si só que elas vegetavam numa rotina emperrada, hostil a qualquer veleidade de melhoramento (...). Os Liceus (dois para toda a Província!) não habilitavam os alunos a matricular-se nas Escolas de Medicina, Engenharia e Direito; eram indispensáveis os chamados exames de preparatório. As cadeiras de Latim e Francês só existiam graças ao fanatismo de certas pessoas: entendiam que uma povoação não fazia boa figura enquanto não se via em seu seio um latinista (geralmente um padre) ensinando a sua especialidade a 5 ou 6 meninos! Quanto à Escola Normal, de criação recente, não tinha senão um catedrático e fora recebido como inovação perfeitamente dispensável sua inexistência no Brasil Reino e no 1º Império parecia postular que para lecionar com proveito uma matéria não era preciso mais do que conhece-la, embora pela rama (...). (Almeida, 2002, p. 264-265).

Com base nos aspectos aqui registrados e na apresentação de fontes documentais, constitutivas do universo de nossa pesquisa, reafirmamos a problematização do campo investigativo proposto: quais os processos que originam, constituem e viabilizam a educação escolar em Sorocaba e região, no período de 1850 a 1860, considerando como agentes desses processos os professores e inspetores da denominada Instrução Pública?

Partimos da suposição de que nesse período não ocorre uma relação direta entre escolarização e processo de industrialização e de que a possibilidade de um transplante de modelo educacional tem que ser investigada no contexto das condições históricas, específicas de Sorocaba e região.

Método e procedimentos

Os resultados parciais de pesquisa, aqui apresentados envolvem a localização e organização de acervos documentais sobre a Educação em Sorocaba e concentram seus esforços em elaborar um guia preliminar de fontes.

A elaboração de um instrumento de pesquisa caracteriza um tipo de conhecimento dinâmico, isto é, conhecimento que gera conhecimento. Produzindo uma quantidade considerável de informações de relevância intrínseca e de utilidade interdisciplinar, o instrumento propõe desafios de natureza comum: transformar dados em conhecimento. (Vendrameto, 2002, p. 46).

E acrescentamos:

O *Guia* é um instrumento que o pesquisador pode usar para informar-se sobre a localização, a disponibilidade e as condições de manipulação de acervos necessários à elaboração da sua pesquisa. É preliminar na medida em que este rastreamento tem o caráter de abrir caminho para outras investigações que o aprimorem no sentido de atualiza-lo, enriquece-lo e, portanto, amplia-lo. É de fontes entendendo-se com este termo o conjunto de documentos que possam proporcionar, independente da data da sua produção, recepção e organização numa determinada instituição, ou da forma e do seu suporte material, informações pertinentes à história da educação brasileira. (Nunes, 1990, p. 7-8).

A caracterização da natureza do acervo investigado circunscreve-se à documentação textual escrita num universo constituído por ofícios, cartas, memorandos, livros de registros, estatutos, regimentos, relatórios, etc. A documentação foi obtida por fotocópia dos originais. Isto considerando que:

Atualmente, percebe-se que há um afastamento da produção proveniente do campo da história da educação do caráter prescritivo e justificador de antes e um redirecionamento no caminho da elaboração de interpretações sobre o passado educacional brasileiro em sua concretude, mediante consulta a uma série enorme de fontes primárias e secundárias que não mais apenas a legislação educacional.

Aparentemente, há um duplo movimento que tem beneficiado este processo de inovação paradigmática e conseqüentemente temático no âmbito da história da educação. Por um lado, o afluxo de pesquisadores qualificados (entre os quais muitos historiadores) para as diversas regiões brasileiras, que não estavam interessados em desenvolver pesquisas ancoradas nos grandes centros, mas, sim, estudos voltados para a temática regional. Por outro lado, esses mesmos pesquisadores – historiadores ou não – estavam sob o impacto das novas tendências da pesquisa histórica, nas quais a especificidades e singularidades regionais, ou mesmo locais, passaram a ser consideradas importantes objetos de estudo e, mais, são pesquisadores que promovem suas investigações, sobre o passado, apropriando-se de um corte eminentemente histórico, abandonando, desse modo, as imposições advindas, primeiro, do campo filosófico, no qual prevalecia a concepção de que o pensamento educacional se sobrepunha à própria realidade da educação, e, em segundo, do campo sociológico, em que prevalecia o enquadramento, um tanto forçado, dos processos educacionais em grandes teorias determinadas aprioristicamente. (Gatti, 2002, p. 16-17).

A localização, a organização e a descrição de fontes documentais para a produção de um “guia de fontes” representam uma referência para o adensamento do campo de produção historiográfica sobre Sorocaba e região, na perspectiva de investigar as dimensões filosóficas, históricas e políticas da educação (Buffa, 2002) com base no estudo das

instituições escolares. Adicionamos a estas considerações a avaliação de Fávero ao se referir aos desafios intrínsecos à pesquisa e ao tratamento de fontes documentais.

O trabalho com as fontes documentais deve constituir para o pesquisador um diálogo, permeado de questões, dúvidas e cujo resultado pretendido nem sempre resulta de análises bem arrematadas. Embora tenha como preocupação tentar responder a necessidades e conhecer os fatos para apreender uma realidade histórica, esse conhecimento não pode ser entendido como um dado definitivo e acabado. (Fávero, 2000, p. 101).

A pesquisa proposta propicia duas dimensões essenciais. A primeira constitui o tema-objeto deste projeto: a localização e organização de fontes documentais. A outra demanda o tratamento teórico-metodológico das referidas fontes e constitui um possível desdobramento deste projeto.

A instrução pública em Sorocaba: primeiras aproximações

A Lei de 15 de outubro de 1827 determinou a criação de escolas de primeiras letras.

A Lei estabelecia, ainda, que nessas escolas os professores ensinariam 'a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana proporcionadas à compreensão dos meninos'. (Saviani, p. 275).

Em 1834, o Ato Adicional à Constituição do Império transferiu a responsabilidade pelas escolas primárias e secundárias para as Províncias.

O Estado, desde Pedro I, vinha eximindo-se da responsabilidade de manutenção do sistema escolar, e desde a Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834, o problema da educação primária e secundária foi deixado a cargo dos governos provinciais. (Manoel, 1996, p.24).

Saviani complementa:

Conforme o testemunho de José Ricardo Pires de Almeida, as Assembléias Provinciais procuraram logo fazer uso das novas prerrogativas votando "uma multidão de leis incoerentes" (...) sobre instrução pública afastando-se, portanto, da idéia de sistema. (Saviani, p. 275).

Em Sorocaba, como de resto na Província de São Paulo, a instrução pública era gerida por uma Comissão Inspetora, que encaminhava as solicitações dos Professores à Presidência da Província e, também, realizava os exames das disciplinas acima indicadas.

Como exemplo desta afirmação podemos citar o ofício que o professor Jacinto Heliodoro de Vasconcellos, professor da 1ª Aula de Primeiras Letras de Sorocaba, encaminhou, em 30 de novembro de 1846, à Comissão Inspetora:

Na conformidade do art. 3º do Regulamento de 25 de 7bro do corr^e anno³ cumpre me participar a VSS que prezentemente não tenho Alumnos promptos nesta Aula de 1ª Letras para serem examinados em todas as materias do ensino, e somente alguns que se achão promptos em ler, escrever – as 4 operaçoens princip^e d'arithmetic, proporçoens tb porem alguns concluindo a Grãmmatica, outros em meio della; e sobre a Geometria so sabem quanto a linolura da 1ª sessão, e estes andão em numero de 4 a 5.

Será bem difficil, Ill^{mos} Sr^s, haver semelhantes exames, pelo motivo de que, os Pais dos Alumnos tirão os logo que elles sabem ler, escrever, e fazer as quatro operaçoens d'Arithmetic; emuitas vezes perto do menino concluir a Grammatica, perdendo o tempo em q se empregou nella, e o mestre as explicaçoens que lhe deu.⁴

Quando VSS determinem haver o dito exame, Se dignarão marcar o dia, e hora para dar as providencias necessãrias.⁵

Esta Comissão Inspetora permanece até 1851.

Em seu relatório à Assembléia Legislativa Provincial, de 1º de maio de 1852, o Dr. José Thomaz Nabuco D'Araujo, Presidente da Província, assim se referiu à instrução pública, em particular à inspeção:

Ainda não eram passados dous mezes depois que tomei conta da administração, e já eu reconhecia a sabedoria e providencia que dictarão a lei Provincial n. 24 de 2 de junho de 150 art. 4.º, que autorisa ao governo a dar regulamentos ao ensino primario e secundario da Provincia, podendo alterar a legislação em vigor somente na parte relativa á inspeção do mesmo ensino. Assim um dos primeiros actos de minha administração foi a confecção do Regulamento de 8 de novembro de 1851, o qual submetto á vossa consideração.

A inspecção do ensino primario e secundario competia pela legislação, que então vigo rava, ás comissões inspectoras e camaras muncipaes: a experiencia faz sentir que as pessoas mo raes não são as mais proprias para administrar, falta-lhes a unidade de pensamento na deliberação, a actividade, e prontidão na acção: sobre-leva que a organização dessas comissões i nspectoras era essencialmente vicioza, por que o Governo não podia inspirar-lhes o seu pensamento, visto como só um dos seus membros era da nomeação delle: de origem diversa, independentes, erão as mais das vezes rivães: dahi a hostilidade, ou inercia que embargavão a fiscalisação: não era possivel que continuassem essas comissões, que, pela maior parte, não se reunião, e nada fazião. Parece-me que traduzi com a fidelidade possivel o espirito da lei, encarregando a inspecção do ensino primario e secundario a pessoas fisicas, da confiança do Governo, susceptiveis do mesmo pensamento administrativo, e capazes d'executal-o: fôra contra senso suppôr o Governo suspeito á instrucção publica, fôra absurdo tornal-o estranho á essa uma das

3 A transcrição dos documentos obedeceu à ortografia utilizada na época.

4 Anísio Teixeira nos diz que este tipo de escola era inútil para a maioria dos alunos, pois pretendia formar todos os seus alunos para intelectuais, não se preocupando com a formação do cidadão comum (Teixeira, p. 312).

5 Ofício encaminhado à Comissão Inspetora, por Jacinto Heliodoro de Vasconcellos, Professor Público, em 30 de novembro de 1846.

primeiras necessidades moraes do paiz.

Quanto á fiscalisação as ideias do Regulamento, para cujo desenvolvimento fora de mister um grosso volume, tem por si a autoridade da legislação dos paizes mais cultos da Europa, o exemplo de outras provincias importantes, e são conformes e consentaneas ao espirito da novissima lei geral n. 630 de 17 de setembro de 1851. (São Paulo [Provincial], 1852, p. 10-11).

Assim, em 1852, já encontramos ofícios de Professores de Sorocaba ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província e, também ofícios do Inspetor do Distrito de Sorocaba ao mesmo Inspetor Geral da Instrução Pública.

Em relação aos inspetores, registramos que eram pessoas de confiança do governo, como está registrado na última citação, sem maiores ligações com a instrução pública, exercendo uma função não remunerada.

Para exemplificar, transcrevemos o ofício que, em 3 de fevereiro de 1855, o Inspetor do Distrito de Sorocaba encaminhou ao Inspetor da Instrução Pública da Província, solicitando sua demissão das funções de Inspetor:

Il^{mo}. S^f. D^{of}. Diogo de Mendonça Pinto
Sor^a. 3 de Fev^o. de 1855

Estimarei que V S^a. com percurso (?)⁶ do anno novo continue a prosperar como opreterito. Incluso remetto a V S^a. o off^o. que junto achará p^a. me fazer ofavor de implorar ao Ex^{mo}. Governo m^a. demissão do Emprego de Inspector de Distr^o. visto que me axo cansado de trabalhar no mundo politico onde debalde tenho prodigalizado meos cuidados: Sr (?) porem hoje cançado, ja velho só me restão os incomodos. P^{of} tanto este pequeno espaço detempo que me resta da vida desejo dedicar aos encantos dehu'a vida privada ecuidar de ajuntar pão p^a. minha numerosa fam^a., que mefoi confiada pela Providencia. Aproveito esta m^{ma}. Occazião deagradecer a V S^a. adelicadeza comque sempre tratoume pela sua nimia bondade e igualm^e. offerecerlhe omeo limitado prestimo nesta Cid^e.; nacerteza deque posso ser

Am^o

Joaquim Joze Lour^o. d'Alm^{da}.⁷

A resposta foi a seguinte:

Il^{mo}. Sn^f. Joaq^m. Joze Lour^o. d'Almd^a. (?)

Tendo a honra de ser nomeado p^a. assumir interinament. (?) o lugar de Insp^{of}. Geral da Instr^{ção}. (?) Publica, achei hua Carta de V. S. ao S^f. D^{of}. Diogo em que pede instantement. a Demissão do Emprego de Insp^{of}. desse Distr^o. As razoens q. V. S. allega são m^{to}. attendiveis, mas o serv^o. publico merece tambem mta. fe na atividade e bond. (??); e se p. ventura (?) tenho alguém (???) per. (?) V. S. empenho-o (??) toda (?) p. q. V. S. continue no m^{mo}. Emprego, e serão sempre considerados por mim como relevantes os serviços q. V. S. continua a prestar.

Este Emprego de Insp^{of}. não he possível q. se entregue a homem sem prestigio, e q. não se

6 Como os documentos citados são transcrições de fotocópias de documentos manuscritos, o símbolo (?) indica a existência de palavra ilegível.

7 Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Joaquim José Loureiro d'Almeida, Inspetor de Distrito, em 03 de fevereiro de 1855.

interessa p^{la}. Instr^{am}. da mocidade. (???) q. tanto concorrem (?) na pessoa de V. S. Por outro lado o Emprego não he tão pezado q. prive ao Cidadão q. o ocupa de outros affazeres. Por isso servindo ao Publico, tem o devido tempo p^a. o descanso de seus annos.

Espero merecer de V. S. este obsequio, e todo me offereço p^a. o seu serv^o., na certeza de que sou com toda a consideração.

S. P^{lo}. 17 de Fevr^o. de 55

De V. S.

Am^o. (?) e m^{to}. obr^o. (???)

H. H. Ferraz (?)⁸

É de registrar que, trimestralmente, os professores deveriam dirigir-se ao Inspetor Geral da Instrução Pública, para informar sobre o andamento das aulas e a existência de escolas particulares em Sorocaba. O mesmo deveriam fazer os Inspetores de Distrito em relação aos seus professores – o que era feito de modo burocrático. O relatório se repetia trimestralmente quase integralmente.

Em visita de inspeção às escolas de Sorocaba, no final de outubro e início de novembro de 1856, o Inspetor Geral de Instrução Pública da Província constatou a existência, na cidade, de duas escolas de primeiras letras para o sexo masculino, de duas para o feminino, sendo uma de instrução primária de segundo grau, ou superior⁹, e de uma aula de latim e francês¹⁰.

Estas escolas estavam instaladas nas casas dos professores, que pagavam por seu aluguel. Os móveis e utensílios eram fornecidos, geralmente, pelo Estado, mas, algumas vezes, pelo próprio professor, como pode ser verificado do texto abaixo, relacionado com a escola feminina de instrução primária, de segundo grau:

Á eschola ainda não forão ministrados móveis e utensis.; os existentes em pequeno numero, em mao estado, desordenados, sem as devidas condições pertencem á Professora. O progresso no estudo deve forçadamente se resentir quer dessas privações e quer da incapacidade da sala; mal este irremediavel en quanto as rendas da provincia não permitirem o fornecimento de local apropriado.¹¹

Os salários dos professores eram módicos¹², no dizer do Inspetor Geral da Instrução Pública, havendo uma gratificação para quem tivesse mais de 80 alunos:

8 Ofício encaminhado ao Inspetor de Distrito pelo Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, em 17 de fevereiro de 1855.

9 Na Província somente existiam duas instituições de instrução primária e superior: esta em Sorocaba, para o sexo feminino, e outra em Taubaté, para o sexo masculino (Relatório encaminhado ao Presidente da Província, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24 de novembro de 1856).

10 Relatório encaminhado ao Presidente da Província, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24 de novembro de 1856.

11 Relatório encaminhado ao Presidente da Província, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24 de novembro de 1856.

12 Em 27 de outubro de 1854, o Professor Francisco Luiz d'Abreu Medeiros, professor da 2ª aula de primeiras letras, de Sorocaba, informava ao Inspetor Geral da Instrução Pública, que, com o ordenado de 500\$000, tinha que pagar de aluguel de uma casa sofrível, em Sorocaba, de 12 a 16\$000 por mês e, na época da feira, de 30 a 40\$000, enquanto que o aluguel em Itu era, por uma boa casa, de 4 a 5\$000 (Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública em 27 de outubro de 1854).

Esta Profesora tem sido obrigada a se contentar com o modico ordenado que percebe. Nunca foi gratificada; para isso seria mister contar com 80 discipulas, o que nunca realizou-se. Entretanto a Cadeira está conceituada e ha sempre produsido bons resultados! Era uma injustiça procedente da desigualdade dos ordenados e gratificações, a que a Lei do orçamento vigente poz termo, revogando a disposição que concedia ás Cadeiras os vencimentos que lhes designarão as Leis de sua criação.¹³

Registramos, nos documentos consultados, a existência de classes com mais de cem alunos – como pode ser exemplificado no seguinte relato do professor Heliodoro de Vasconcellos:

Junto remetto a VS. o relatório do estado actual da minha Aula ocorrente anno, segundo determina a Portaria de 1º de Setembro proximo passado.

Aproveito a occasião de participar a VS. que me acho com a Aula muito sobrecarregada d'alumnos, resultando disto ter hum trabalho muito excessivo, que muito tem deteriorado aminha saude, principalmente pela mortificação que tenho continuadamçte, de conhecer que apesar do meu excessivo trabalho, e doutros sacrificios, que tenho feito, não posso dar aquelle adiantamento devido, e temo que isto rezulte em meu desabono para com os habitantes desta Cidade, que denada estão ao facto. Por Abril do anno passado ainda perdi parte daminha bancada, mandando fazer bancos mais cumpridos, e meza maior; edisto pouco melhoramento tenho levado, pelo acrescimo d'alumnos q. vai havendo.

Não posso fazer ponto (?) do numero de alumnos; por que não ha Lei, e nem Regulamento, que determine isso; econtinuadamente estão entrando, e eu ja sem lugar para os accomodar; de tudo isto ja fiz ver ao Senr. Inspector de Districto.¹⁴

Sobre esta aula, assim se manifestou o próprio Inspetor Geral da Instrução Pública:

Há muito tempo que nutria ardente desejo de ver trabalhar uma eschola que contivesse em seo seio 100 ou meniños (?) presentes. D'entretantas que tenho visitado jamais encontrei uma em condição de poder dar satisfação é esse desejo, comparecendo porem no dia 7 do corrente ás 9 horas da manhã na casa do Professor Vasconcellos achei na sala da escola 102 alumnos, informando-se-me que n'aquelle dia por diversas circunstancias elles estavam em numero inferior ao dos que ordinariamente frequentão, o que posteriormente verifiquei em 2ª. visita, na qual contei o crescido numero de 114. Este facto, a longa pratica do Professor funcções do magisterio, e o credito de que elle goza na opinião publica, revellão a bondade do methodo do ensino que emprega, e quanto convem estudal-o. N'esse intuito julguei preciso consagrar-lhe 3 dias, sendo um para conhecel-o pela theoria, outro para vel-o posto em pratica, e o 3º para avalial-o pelos seos resultados examinando o estado dos discipulos; infelismemente porem tendo se agravado a enfermidade do Professor de modo a forçal-o de fechar a eschola não pude completar o estudo, faltando unicamente a parte theorica; mas como no referido dia 7 assiti á todo serviço, e dediquei o dia 9 ao exame dos alumnos acho-me de posse de longas notas que muito podem coadjuvar-me para o Regimen das escholas publicas da Provincia que espero organisar.

¹³ Relatório encaminhado ao Presidente da Provincia, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24 de novembro de 1856.

¹⁴ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Provincia, por Jacinto Heliodoro de Vasconcellos, Professor da Primeira Cadeira de Sorocaba, em 4 de outubro de 1855.

Não cançarei a atenção do Ex^{mo}. Governo mencionando as horas de exercício, a distribuição por ellas do ensino, a divizão em classes tudo quanto respeita ao methodo, e aos diversos pontos que fazem o objecto da vizita de um Inspector, bastando ponderar que em geral n'aquella escola como nas outras d'esta Cidade s'obtem os resultados compatíveis com as nossas circunstancias, não sendo o ensino levado á perfeição recommendada pela Lei visto a reluctancia da parte dos paes de familia, mas não devo passar em silencio o systema de collocação dos alumnos que me pareceo digno de ser citado e adaptado em escola muito concorrida, fazendo o Mestre sentarem-se (?) os mais moralizados e adiantados de mistura com os outros, o que da lugar a que estes sejam inspeccionadas e instruidos por aquelles sempre que lhe é mister recorrer a quem os ensine. Tambem notei que o Professor, á que me refiro, quanto á disciplina scholastica é digno de encomios; elle socorre-se ao uso de premios que consistem em um papel impresso que distribue aos discipulos quando mostram algum progresso, ou quandoos factos patenteão que encarregados do ensino d'algum companheiro desempenharão satisfactoriamente esse encargo.¹⁵

Para o professor Francisco Luiz d'Abreu Medeiros, o ensino poderia ser assim caracterizado:

O ensino das materias contidas (...) será sempre imperfeito, principalm^e. nas escolas frequentadas por mais de trinta alumnos. Por sem duvida que conseguir-se-hia grandes vantagens ensinando-se unicamente á lêr, escrever, contar, e a Doutrinha Christã. D'este modo podia-se encontrar excellentes mestres, pois que na sociedade [há] uma classe de homens pobres, bons pais de familias, honestos, e com soffrivel instrucção para ensinarem as primeiras letras, ganhando com isto o pão á seus filhos. A mocid^e. lucraria muito mais com estes mestres do que com os rapazes que estudão superficialm^e. varias materias, que nunca poderão ensinar aos seus discipulos não só por falta de perfeito conhecim^{to}. d'ellas, inteira paciencia e assiduidade, como pela immensa difficuldade que ha em um Professor ensinar tantas materias diversas á um numero extraordinario de crianças, que mais necessitão de lêr, escrever e contar. Porem a lei n^o. 36 de 16 de Março de 1846 oppõe-se á execucao do que acima observamos, e o resultado é que as escolas de 1^{as}. letras estão mal servidas de Professores, quase todos interinos e com ridiculos ordenados, tornando-se uma verdadeira patacoada o ensino como essa lei exige.¹⁶

Os exames eram um caso à parte, pois eram realizados com pouca freqüência, por diversos motivos:

– evasão de alunos

Matricularão-se no correr d'este anno 62 alumnas das quaes 54 frequentarão com assiduidade e aproveitamento e 8 forão despedidas a exigencia de seus pais por diversas cauza: isto é, uma por saberem já alguma couza, outras por deficiencia de meios, e outras enfim por morarem longe.

Não houverão exames no anno passado, como já participei, porque os pais de familia n'esta Cidade entendem que não devem completar a educação de suas filhas dizendo, que as não querem para professoras, e as retirão da aula logo que vêem que estão bem adiantadas; havendo alguns, que n'este estado, as mandão somente as horas em que ensino muzica. E mais prendas e trabalhos de agulha e me vejo na necessidade de não fazer os exames; por não poderem ser

¹⁵ Relatório encaminhado ao Presidente da Província, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24 de novembro de 1856.

¹⁶ Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Francisco José d'Abreu Medeiros, em 8 de abril de 1862.

em regra: ou de submeter a elles, meninas que não poderão fazer o papel que dezejo; o que não não julgo prudente; respeitando porem, o que me for ordenado.¹⁷

– os alunos não estarem preparados:

Achão-se matriculadas 67 alumnas das quaes 2 tiveram falta de mezes e as mais tem tido boa frequencia.

Não houve exame o anno passado; p^f. motivo de que nunca pode haver alumnas promptas em todas as materias, p^fq logo, q^e sabem ler, escrever, e contar os pais tirão sem concluirem com (?) Gramatica Portugueza muitas vezes estão aprendendo analisar ja as tirão.¹⁸

– doença do Inspetor:

Que não houve exames o anno passado porque o Inspetor de Districto se achava doente de huma ophtalmia aguda, tendo lhe avisado para marcar o dia para o exame de dois alumnos que ficarão promptos.¹⁹

Não houve exames no anno anterior, por que na tarde em que eu esperava com os meus alumnos o 1^o Inspetor de Districto para os ditos exames, elle mandou-me dizer que despa-chasse os alumnos porque se achava incommodado.²⁰

Para concluir, entendemos que o estado do ensino em Sorocaba, na época, pode ser resumido nas palavras do Inspetor Geral da Instrução Pública:

Vindo á esta Cidade, como me cumpria, cuidei de proceder á inspecção e fiscalisação de todas as instituições de ensino. Nella não encontrei nenhuma particular, somente existem as publicas constantes de uma aula de Latim e Francez, de duas escholas de 1^{as}. Letras para o sexo masculino, e de duas para o feminino, sendo uma d'estas de instrucção primaria do 2^o. grau ou superior infelizmente porém em ruim occasião coube-me o dever de visital-as; e no presente é unicamente a eschola regida por Vicentina Adelaide de Vasconcellos que verdadeiramente posso diser que está funcionando. O Professor da Cadeira de Latim e Francez Francisco Xavier de Paula Toledo, e a Professora da 2^a. Cadeira de 1^{as}. Letras Maria Flora de Souza se achão por enfermos com licença; o Professor Jacintho Heliodoro de Vasconcellos está tambem enfermo e tão gravemente que diz-me o Medico assistente não ter esperanças de salvá-o, e o Professor Francisco Luiz d'Abreu Medeiros tem uma filha menor da mesma sorte mortalmente enferma; continua todavia a ter a eschola aberta; mas facil é imaginar de que modo agora a rege e que exigencias podia eu apresentar-lhe á vista da triste preocupação de seo espirito. N'esta situação, que profundamente lamento, não me foi possível tirar todo o proveito de minha estada n'este Districto. (...)

No dia 10 apresentei-me em casa da Professora da 2^a. Cadeira apesar de estar, como ja disse, com licença, para inquiril-a sobre a marcha do ensino, e estado da sua eschola, examinar a sala

17 Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, por Maria Flora de Souza, Professora da Segunda Cadeira, em 01 de outubro de 1855.

18 Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, por Vicentina Adelaide de Vasconcellos, Professora da Primeira Cadeira, em 15 de outubro de 1855.

19 Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, por Francisco de Paula Xavier de Toledo, Professor da Aula de Latim e Francês, em 17 de outubro de 1855.

20 Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, por Francisco Luiz de Abreu Medeiros, Professor da Segunda Cadeira de Primeiras Letras, em 17 de outubro de 1855.

e os móveis e utensis. para cuja compra lhe havia ha tempos fornecido a quantia precisa, com as escriptas das alumnas. Estão matriculadas 45 das quaes são frequentes 41 segundo referio-me a Professora. Tambem informou-me que aprendem as quattros operações da Arithmetica 7, a Grammatica Portugueza 3, a Musica 1; a Historia e Geographia nenhuma, por que os paes não consentem, e as prendas domesticas todas; – excepto 11. Ignoro como com 5 horas de exercicio diario é possível dar vencimento ao ensino de tão variadas materias! A Casa não é propria, é alugada mediante o pagamento mensal de 14\$000 rs. alem do ônus de ter à inquilina consigo que sustentar a uma filha do proprietario. Esta despesa é grande desfalque nos vencimentos ja tão redusidos da Professora. A Sala da escola é excellente, tem 40 palmos de comprimento e 20 de largura. Seo unico defeito é nao ser assoalhada.²¹

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

Os documentos abaixo relacionados, que foram citados e/ou transcritos neste texto, estão entre os aqueles que foram disponibilizados, em fotocópia, para a Universidade de Sorocaba, pelo Arquivo Histórico do Estado de São Paulo:

Ofício encaminhado à Comissão Inspetora, por Jacinto Heliodoro de Vasconcellos, Professor Público, em 30 de novembro de 1846.

Ofício encaminhado ao Inspetor de Distrito pelo Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, em 17 de fevereiro de 1855.

Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, por Francisco Luiz de Abreu Medeiros, Professor da Segunda Cadeira de Primeiras Letras, em 17 de outubro de 1855.

Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, por Maria Flora de Souza, Professora da Segunda Cadeira, em 01 de outubro de 1855.

Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, por Vicentina Adelaide de Vasconcellos, Professora da Primeira Cadeira, em 15 de outubro de 1855.

Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, por Francisco de Paula Xavier de Toledo, Professor da Aula de Latim e Francês, em 17 de outubro de 1855.

Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, por Jacinto Heliodoro de Vasconcellos, Professor da Primeira Cadeira de Sorocaba, em 4 de outubro de 1855.

Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, Por Francisco Luiz d'Abreu Medeiros, Professor da 2ª aula de 1ª letras, em 27 de outubro de 1854.

Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Joaquim José Loureiro d'Almeida, Inspetor de Distrito, em 03 de fevereiro de 1855.

Ofício encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, por Francisco José d'Abreu Medeiros, em 8 de abril de 1852.

Ofício encaminhado ao Presidente da Província, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24 de novembro de 1856.

²¹ Ofício encaminhado ao Presidente da Província, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24 nov., 1856.

Relatório do trimestre findo a 30 de setembro de 1853, na conformidade das Instruções de 6 de outubro de 1853, apresentado do Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, por Joaquim Joze Loureiro d'Almeida, Inspetor do Distrito de Sorocaba.

Relatório encaminhado ao Presidente da Província, por Diogo de Mendonça Pinto, em 24 de novembro de 1856.

Relatório sobre as atividades da primeira aula de primeiras letras de Sorocaba, apresentado pelo Professor Jacinto Heliodoro de Vasconcellos, em 11 de outubro de 1855.

Fontes Secundárias

ALMEIDA, Aluísio de. **História de Sorocaba – 1822-1889**. Sorocaba, SP: Gráfica Guarani, 1951.

_____. **Sorocaba: 3 séculos de história**. Itu, SP: Ottoni, 2002.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução Pública no Brasil (1500-1889) História e legislação**. 2.e. Tradução: Antonio Chizzotti. São Paulo: EDUC, 2000.

ALVES, Gilberto Luiz. Nacional e regional na história educacional brasileira: uma análise sob a ótica dos estados mato-grossenses. In: Sociedade Brasileira de História de Educação (org.). **Educação no Brasil: história e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: SBHE, 2001 (Coleção memória da educação).

AMARAL E SILVA, Maria Aparecida Felix do. **Educação de mulheres no Vale do Paraíba**. O Colégio do Carmo: 1892-1910. São Paulo: [s.n.], 2001.

ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JR., Décio (orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002. (Coleção memória da educação)

BADDINI, Cássia Maria. **Sorocaba no Império. Comércio de animais e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Annablume /Fapesp, 2002.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JR., Décio (orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002. (Coleção memória da educação)

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: _____. **Domínios da história. Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 375-399.

DIAS, Maurício Sérgio. **Extra: as primeiras páginas da história de Sorocaba**. Sorocaba, SP: Gabinete de Leitura de Sorocaba, 1999.

DINIZ, Rodolfo Ernesto da S. **A evolução territorial do Município de Sorocaba**. Sorocaba, SP: LINC, 2002.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Pesquisa, memória e documentação: desafios de novas tecnologias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de Faria (org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias. Questões para a história da educação**. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

GATTI JR., Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002. (Coleção memória da educação)

GATTI, Bernardete A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília, DF: Plano, 2002.

GLEZER, Raquel. Apresentação. In: BADDINI, Cássia Maria. **Sorocaba no Império. Comércio de animais e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002, p.9.

- JOB, Vera Ravagnani. **Sorocaba conta sua história**. Sorocaba, SP: Prefeitura Municipal de Sorocaba, 2001.
- LEIS, Nilson. **A caracterização do processo de urbanização e industrialização: o caso de Sorocaba**. 1995. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.
- MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919). Uma face do conservadorismo**. São Paulo: UNESP, 1996.
- MENON, Og Natal. **Educação escolarizada em Sorocaba entre o Império e a República**. 2000. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.
- NUNES, Clarice. Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira: reconstituição de uma experiência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 71, n. 67, p. 7-31, jan./abr., 1990.
- RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da educação brasileira. A organização escolar**. 6.ed. São Paulo: Moraes, 1986.
- SANFELICE, José Luis. História de instituições escolares: apontamentos preliminares. **QUAESTIO: Revista de estudos de educação**. Sorocaba, ano 4, n.1, p.47-57, maio, 2002.
- SÃO PAULO (PROVÍNCIA), Presidente (Nabuco d'Araujo). **Discurso com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Thomaz Nabuco d'Araujo, Presidente da Provincia de S. Paulo abriu A Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de maio de 1852**. São Paulo: Typographia do Governo arrendada por Antonio Louzada Antunes, 1852. Disponível em <http://www.crl.uchicago.edu/content.asp?11=4&12=18&13=33&14=22>.
- SAVIANI, Dermeval. Percorrendo caminhos na educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v.23, n.81, p. 273-290, dez. 2002.
- SILVA, Paulo Celso da. **De novelo de linha a Manchester Paulista**. Fábrica têxtil e cotidiano no início do século XX em Sorocaba. Sorocaba: Projeto LINC, 2000.
- TEIXEIRA, Anísio. A crise educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 80, n. 195, p. 310-326, maio/ago. 1999.
- VENDRAMETO, Maria Cristina. Fontes Documentais Primárias do Ensino Técnico: um universo inexplorado. Roteiro para leitura técnica do inventário. In: MORAES, Carmen Sylvia V.; ALVES, Júlia F. (orgs). **Contribuição à pesquisa do ensino técnico no Estado de São Paulo: inventário de fontes documentais**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.